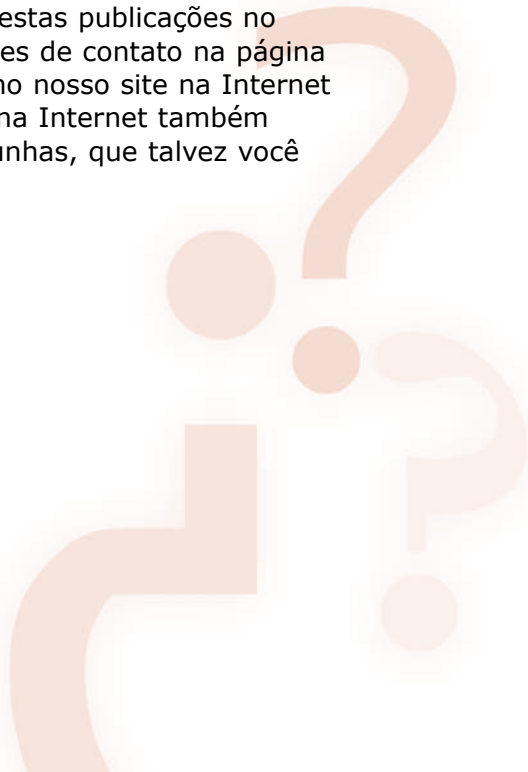


Introdução

Este livreto explica em linguagem clara o que o Escritório do Procurador-Geral (DPP) faz. O livreto tenta responder às perguntas que as pessoas nos fazem mais frequentemente. Ele não lida com cada situação possível e não presta assessoria jurídica. Se você precisar de assessoria jurídica, você deve sempre conversar com um advogado.

Se você tiver quaisquer perguntas sobre o que acontece em juízo durante um julgamento criminal, você pode ler o nosso livreto *Comparecendo em Juízo como Testemunha*. Para uma descrição mais detalhada do trabalho do Escritório, favor consultar as nossas Diretrizes para os Promotores.

Você também pode pedir cópias destas publicações no nosso Escritório (ver as informações de contato na página 17) ou você também pode lê-las no nosso site na Internet em **www.dppireland.ie**. O site na Internet também tem uma seção *Vítimas e Testemunhas*, que talvez você considere útil.



Favor observar:

Cópias impressas deste livreto estão disponíveis no nosso Escritório, tanto em irlandês quanto em inglês. Ver as informações de contato na página 17.

Você pode visitar o nosso site na Internet **www.dppireland.ie** para obter o livreto em qualquer das seguintes línguas:

- Árabe
- Chinês (Mandarim)
- Inglês
- Francês
- Irlandês
- Letão
- Lituano
- Polonês
- Português (Brasil)
- Romeno
- Russo
- Espanhol

Índice

Fatos chave

1. O que o Procurador-Geral (DPP) faz? 7
2. O que o Promotor-Chefe faz? 7
3. O DPP investiga crimes? 7
4. O DPP processa todos os delitos criminais? 7
5. O DPP é independente? 8
6. Quem pode escrever ao DPP sobre um processo? 8
7. Há tipos diferentes de delitos criminais? 8
8. O Escritório do DPP me dará assessoria jurídica? 9
9. Posso reclamar ao Escritório do DPP? 9

As Decisões do DPP

10. Como o DPP chega a uma decisão de processar? 9
11. Por que o DPP poderia decidir não processar um caso? 10
12. Quanto tempo o DPP demora para chegar a uma decisão? 11
13. O DPP processa casos para vítimas de crimes? 12
14. O DPP apresenta razões para as decisões? 12
15. Alguém pode alterar uma decisão do DPP? 12

O Papel do DPP

Escritório do Procurador-Geral

16. Uma vítima de crime pode se reunir com um membro da equipe do Escritório do DPP para discutir uma decisão específica? 13
17. Posso conseguir informações sobre um processo arquivado, ao amparo da Lei de Liberdade de Informações? 13
18. A vítima será informada se o DPP decidir processar? 13

Comparecendo em Juízo

19. O que acontece quando o processo vai a juízo? 14
20. O que uma vítima de crime pode esperar da equipe da promotoria? 14
21. O que é uma reunião pré-julgamento? 14
22. O DPP decide a sentença para uma pessoa considerada culpada? 15

Recorrendo contra uma Sentença

23. O DPP pode recorrer contra uma sentença? 15
 24. Quem pode pedir que o DPP recorra contra uma sentença indevidamente branda? 16
 25. Como os Juízes de Segunda Instância revisam uma sentença? 16
- Como contatar o Escritório do DPP 17
 - Outros contatos úteis 18
 - Como o Escritório do DPP é organizado 20
 - Índice 21

Fatos chave

1. O que o Procurador-Geral (DPP) faz?

O DPP decide acusar ou não pessoas de cometer crimes – isto é, “processá-las”. O DPP também decide quais devem ser as acusações. Uma vez que a acusação comece, o Escritório do DPP é responsável pelo processo acusatório.

2. O que o Promotor-Chefe faz?

O Promotor-Chefe atua como advogado do DPP e é chefe da Divisão de Advogados do Escritório do DPP. A equipe da Divisão de Advogados representa o DPP em todos os juízos de Dublin. Advogados governamentais locais representam o DPP em juízos fora de Dublin.

3. O DPP investiga crimes?

Não. A An Garda Síochána (a Polícia) investiga crimes. Quando a Polícia investiga um crime grave, eles enviam um arquivo ao DPP. O DPP então decidirá quais acusações apresentar, se houver.

4. O DPP processa todos os delitos criminais?

O DPP processa todos os crimes graves e algumas vezes os crimes menos graves. Um juiz e um júri analisarão os casos mais graves no Tribunal de Segunda Instância ou no Tribunal Criminal Central. Casos graves também podem ser apresentados perante três juízes, sem júri, no Tribunal Criminal Especial.

A Polícia pode processar crimes menos graves. Contudo, eles ainda processarão em nome do DPP e o DPP tem o direito de dizer à Polícia como lidar com o processo.

5. O DPP é independente?

Sim, o DPP é independente na tomada das suas decisões. Isto significa que ninguém – inclusive o governo ou a polícia – pode fazer o DPP processar um caso específico ou impedi-lo de fazer isso.

6. Quem pode escrever ao DPP sobre um processo?

As seguintes pessoas podem escrever ao DPP sobre um processo:

- Uma vítima de crime;
- Um familiar de vítima de crime;
- Uma pessoa acusada;
- Um familiar de pessoa acusada; ou
- Advogados, médicos e assistentes sociais em representação dos seus próprios clientes.

É contra a lei que qualquer outra pessoa contate o DPP para pedir-lhe que interrompa ou não processe um caso.

7. Há tipos diferentes de delitos criminais?

Há dois tipos de delitos criminais – delitos sumários e delitos indiciáveis.

Delitos Sumários:

- São crimes menos graves;
- São analisados por um juiz, sem júri, no Juízo de Primeira Instância;

- Não podem acarretar pena de prisão de mais de 12 meses para um delito (mas para mais de um delito o juiz pode, em alguns casos, impor uma pena máxima de prisão de dois anos).

Delitos Indiciáveis:

- São crimes mais graves;
- São analisados por um juiz e um júri no Tribunal de Recursos e no Tribunal Criminal Central;
- Algumas vezes são analisados pelo Tribunal Criminal Especial, por três juízes, sem júri;
- Acarretam penas mais graves, inclusive prisão perpétua para alguns crimes.

8. O Escritório do DPP me dará assessoria jurídica?

Não. O Escritório do DPP não dá assessoria jurídica a membros do público. Se você tiver uma pergunta jurídica, você deve falar com o seu advogado.

9. Posso reclamar ao Escritório do DPP?

Sim. Se você tiver uma queixa sobre como trabalhamos, você pode contatar-nos no nosso escritório – ver as informações de contato na página 17.

As Decisões do DPP

10. Como o DPP chega a uma decisão de processar?

A decisão quanto a processar ou não é muito importante. Pode ser muito perturbador para uma

pessoa ser processada, mesmo se considerada inocente posteriormente. Contudo, uma decisão de não processar pode causar grande tensão e perturbação a uma vítima de crime. Portanto, o DPP deve considerar cuidadosamente processar ou não.

Quando a Polícia termina de investigar um caso, eles enviam um arquivo ao DPP. O DPP tem que ler o arquivo cuidadosamente e decidir se há provas suficientes para acusar uma pessoa de um crime. O juiz ou o júri têm que estar totalmente certos – além de qualquer dúvida razoável – de que uma pessoa é culpada. Não é suficiente que eles pensem que o acusado provavelmente é culpado.

Por esta razão, é útil saber se há provas independentes que corroborem o que a vítima diz. Estas provas poderiam incluir, por exemplo, declarações de uma testemunha independente ou provas como impressões digitais ou manchas de sangue, que possam proporcionar informações de DNA. Provas independentes tornam um processo mais forte que um processo baseado na palavra de uma pessoa contra outra.

11. Por que o DPP poderia decidir não processar?

Falta de provas é a razão mais comum pela qual o DPP pode decidir não processar um caso. Se não houver provas suficientes para convencer um juiz e um júri além de qualquer dúvida razoável de que uma pessoa é culpada, a acusação falhará. Não é suficiente que o júri possa acreditar no relato da vítima. O teste é se todas as provas mostram que um acusado é culpado além de qualquer dúvida razoável.

Em um pequeno número de casos, mesmo que as provas possam ser fortes, o DPP pode decidir não processar por outras razões, como, por exemplo:

- Se o criminoso for menor de 18 anos de idade e possa ser supervisionado por um oficial de condicional sob o Programa de Orientação de Menores, ao invés de ser processado;
- Se um adulto é advertido ao amparo do esquema de advertência a adultos devido a certos delitos menores, ao invés de ser processado; ou
- Se houver alguma outra boa razão para não processar, como, por exemplo, se o criminoso estiver fatalmente doente.

Você pode encontrar mais detalhes sobre como o DPP toma uma decisão de processar nas nossas Diretrizes para Promotores. Você também pode pedir uma cópia das Diretrizes contatando o nosso Escritório (ver as informações de contato na página 17) ou pode lê-las online em www.dppireland.ie.

12. Quanto tempo o DPP demora para chegar a uma decisão?

Cada caso é diferente e o DPP considera todos os casos cuidadosamente. Se um caso for claro, o DPP tomará uma decisão dentro de algumas semanas. Outros casos podem demorar mais porque:

- São mais complicados;
- Há muitas provas para analisar;
- Há mais de um acusado; ou

- O DPP precisa de mais informações antes de poder tomar uma decisão.

13. O DPP processa casos para vítimas de crimes?

O DPP processa casos em representação do povo da Irlanda, não de apenas uma pessoa.

Contudo, o DPP sempre levará em conta as consequências para a vítima da decisão de processar ou não. O DPP também considerará os pontos de vista da vítima ou da família da vítima.

Os pontos de vista e interesses da vítima não podem ser a única preocupação, contudo, ao decidir-se processar ou não.

14. O DPP apresenta razões para as decisões?

Na maioria dos casos, quando o DPP decide não processar ele apresenta razões para tal decisão à Polícia ou a outra agência investigadora. Tais razões permanecem sigilosas. Algumas decisões do Superior Tribunal e do Supremo Tribunal confirmaram esta norma em anos recentes.

Contudo, ao amparo de um esquema piloto introduzido em 22 de outubro de 2008 o DPP apresenta as razões de decisões de não processar em um pequeno número de casos para algumas outras pessoas. Para saber mais sobre esta norma de não apresentar as razões das decisões, veja o nosso site na Internet em www.dppireland.ie.

15. Alguém pode alterar uma decisão do DPP?

Algumas pessoas podem pedir que o DPP revise a sua decisão. Elas incluem:

- Uma vítima de crime;
- Um familiar de vítima de crime;
- Uma pessoa acusada;
- Um familiar de pessoa acusada; ou
- Médicos, advogados ou assistentes sociais agindo em nome dos seus clientes.

Quando o DPP modifica a sua decisão, é frequentemente porque novas provas vieram à luz.

16. Uma vítima de crime pode se reunir com um membro da equipe do Escritório do DPP para discutir uma decisão específica?

Não. A equipe do Escritório do DPP não se reúne com vítimas de crimes para discutir decisões. Contudo, vítimas de crimes podem escrever para o Escritório do DPP sobre uma decisão.

17. Posso conseguir informações sobre um processo arquivado, ao amparo da Lei de Liberdade de Informações?

Não. A Lei de Liberdade de Informações declara que somente registros sobre a administração geral do Escritório do DPP podem ser tornados públicos. Isto significa que você não pode conseguir informações sobre arquivos de casos individuais.

18. A vítima será informada se o DPP decidir processar?

Sim. O Policial investigador manterá a vítima informada sobre como o caso está evoluindo e deve informar a vítima sobre a decisão do DPP, quando ela for tomada. Se o DPP decidir processar um caso, o Policial também deve dizer à vítima o horário, a data e o local da audiência em juízo.

Comparecendo em Juízo

19. O que acontece quando o processo vai a juízo?

O que acontecerá a seguir dependerá de o crime ser um delito sumário ou um delito indiciável (ver a pergunta 7).

Para delitos sumários, um juiz analisa o processo em um Juízo de Primeira Instância. Um Policial ou um promotor apresentará a tese da promotoria em juízo.

Para delitos indiciáveis, um juiz e um júri analisam o caso e um promotor trabalhando para o DPP preparará o processo para o juízo. Um advogado atuando pelo DPP apresentará a tese da promotoria em juízo.

Você pode saber mais sobre o que acontece em juízo durante um julgamento criminal no nosso livreto *Comparecendo em Juízo como Testemunha*. Se você desejar uma cópia deste livreto, favor contatar o nosso Escritório (ver as informações de contato na página 17).

20. O que uma vítima de crime pode esperar da equipe da promotoria?

O promotor trabalhará com o Policial para manter a vítima informada sobre os andamentos do processo. Nos casos mais graves, como processos por delitos sexuais ou outros crimes violentos, o Escritório do DPP oferecerá à vítima ou à família de uma vítima que tenha morrido uma reunião pré-julgamento (ver a pergunta 21). Na maioria dos casos, a vítima pode pedir uma reunião pré-julgamento.

21. O que é uma reunião pré-julgamento?

O propósito de uma reunião pré-julgamento consiste em explicar à vítima o que acontecerá em juízo. A reunião

pré-julgamento ocorre com o Policial investigador, o promotor e o advogado tratando do caso.

Advogados e promotores não podem discutir os depoimentos efetivos que as testemunhas prestarão. Isto é assim para que ninguém possa alegar que alguém disse à testemunha o que dizer em juízo.

O Policial dará as informações de contato da vítima para a Linha de Ajuda a Vítimas de Crimes – um serviço de apoio telefônico a vítimas de crimes. A Linha de Ajuda a Vítimas de Crimes pode fornecer informações sobre serviços de assistência judiciária e outros serviços de apoio a vítimas. O número da Linha de Ajuda é 1850 211 407 ou texto 085 133 7711.

22. O DPP decide a sentença para uma pessoa considerada culpada?

Não. O juiz decide que sentença dar, com base nas provas tanto da promotoria quanto da defesa. Os juízes também tomam decisões sobre:

- A agenda de datas em juízo;
- A marcação de datas de julgamentos; e
- Alterar ou não a data de um julgamento.

Ao amparo da Constituição da Irlanda, os juízes são independentes.

Recorrendo contra uma Sentença

23. O DPP pode recorrer contra uma sentença?

Sim, o DPP pode recorrer contra a sentença, se o julgamento houver ocorrido nos Tribunais de Recursos, Criminal Central ou Criminal Especial. O DPP não pode

recorrer contra uma sentença do Juízo de Primeira Instância.

O DPP pode pedir que o Tribunal de Recursos Criminais revise uma sentença que considere “indevidamente branda”. O DPP pode pedir uma revisão de sentença dentro de 28 dias a partir da prolação da sentença pelo juiz. Em alguns casos, o DPP pode solicitar mais tempo para pedir uma revisão, mas não mais de 56 dias.

24. Quem pode pedir que o DPP recorra contra uma sentença?

Por lei, você pode pedir que o DPP recorra contra uma sentença, se você for:

- Uma vítima de crime;
- Um familiar de vítima de crime;
- Médico, advogado ou assistente social representando um cliente.

25. Como os Juízes de Segunda Instância revisam uma sentença?

Os Juízes de Segunda Instância lerão o registro escrito de um julgamento, para entender as razões do juiz de primeira instância para haver prolatado a sentença. Eles considerarão uma sentença como sendo “indevidamente branda” somente se acreditarem que o juiz de primeira instância cometeu erro de direito ao prolatar uma sentença leve.

Um recurso somente será possível em um pequeno número de processos.

Como contatar o Escritório do DPP

Escritório do Procurador-Geral

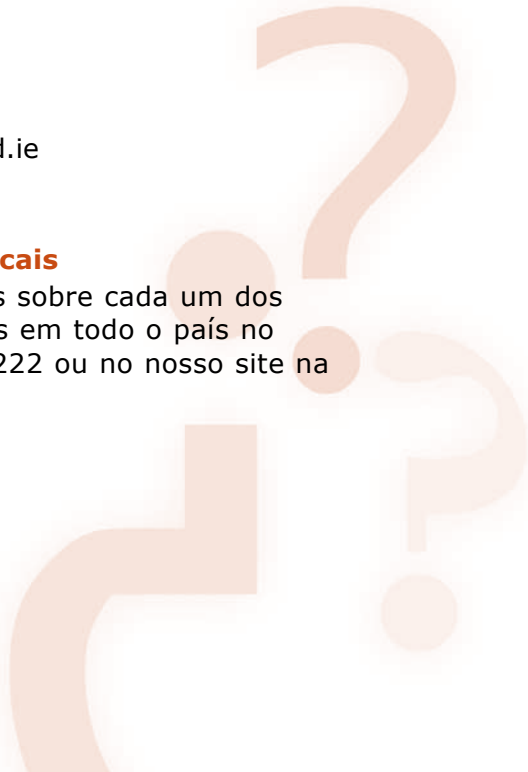
14 – 16 Merrion Street
Dublin 2.
Tel.: (01) 678 9222
Fax: (01) 661 0915
Site na Internet: www.dppireland.ie

Promotor-Chefe

Divisão de Advogados
Escritório do Procurador-Geral
90 North King Street
Smithfield
Dublin 7.
Tel.: (01) 858 8500
Fax: (01) 858 8555
Site na Internet: www.dppireland.ie

Advogados governamentais locais

Você pode conseguir informações sobre cada um dos advogados governamentais locais em todo o país no nosso Escritório pelo (01) 678 9222 ou no nosso site na Internet em www.dppireland.ie



Outros contatos úteis

Linha de Ajuda a Vítimas de Crimes

Tel.: 1850 211 407

Texto: 1850 211 407

E-mail: info@crimevictimshelpline.ie

Site na Internet: www.crimevictimshelpline.ie

Serviços de apoio a vítimas

Você pode contatar a Linha de Ajuda a Vítimas de Crimes (ver acima) para informações sobre serviços de assistência judiciária e outros serviços de apoio a vítimas.

Serviço dos Tribunais

Escritório de Informações

Phoenix House

15/24 Phoenix Street North

Smithfield

Dublin 7

Tel.: (01) 888 6000

Fax: (01) 873 5250

Site na Internet: www.courts.ie

Departamento de Justiça e Reforma Legal

94 St. Stephen's Green

Dublin 2

Tel.: (01) 602 8202

Fax: (01) 661 5461

Site na Internet: www.justice.ie

Comissão de Apoio a Vítimas de Crimes

Departamento de Justiça e Reforma Legal

51 St. Stephen's Green

Dublin 2

Tel.: (01) 602 8661

Fax: (01) 602 8634

Site na Internet: www.victimsofcrimeoffice.ie
www.csvc.ie

Tribunal de Compensação de Danos Criminais

13 Lower Hatch Street

Dublin 2

Tel.: (01) 661 0604

Fax: (01) 661 0598

Defensoria Pública

Quay Street

Cahirciveen

Co. Kerry

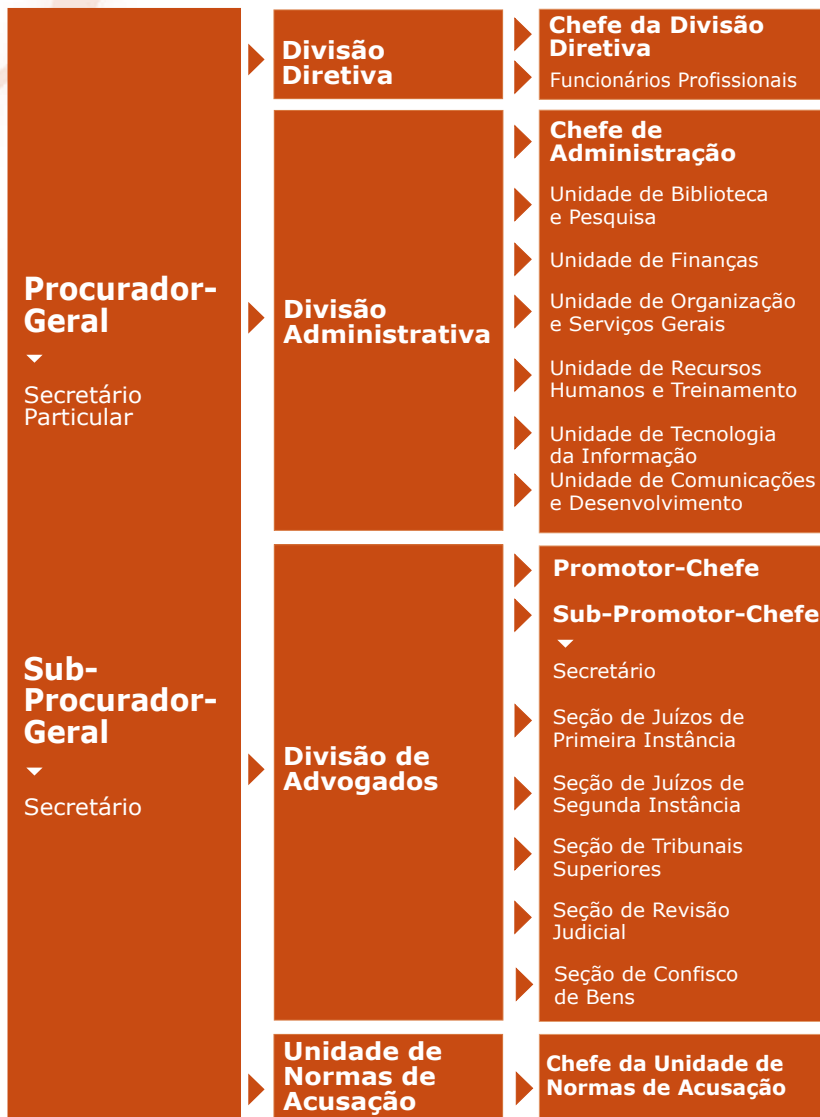
Tel.: (066) 947 1000

Fax: (066) 947 1035

Site na Internet: www.legalaidboard.ie



Como o Escritório do DPP é organizado



Índice

Recurso contra uma sentença	15
Promotor-Chefe	7, 17
Linha de Ajuda a Vítimas de Crimes	15, 19
Lei de Liberdade de Informações	13
Delitos Indiciáveis	8
Advogados governamentais locais	7, 17
Reunião pré-julgamento	14
Razões para as decisões	12
Revisão de uma decisão	12
Sentença	15
Delitos sumários	8

